



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

**TERMO DE CORREIÇÃO
16ª Promotoria de Justiça da Capital**

Nº DO PROCESSO SAJ/MP/AL: 10.2020.00000352-6

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº: 075/2020

DATA DA CORREIÇÃO: 20/10/2020

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS INSPECIONA, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017- CGMP/AL o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atribuições - Ato normativo: Atuação judicial e extrajudicial em processos e procedimentos de interesse da Fazenda Pública Municipal da Capital, perante a 14ª e 15ª Varas Cíveis da Capital. Resolução CPJ nº 03/2020.

Municípios que compõem a área de atuação: Maceió.

Promotor de Justiça Titular: Marcus Rômulo Maia de Mello.

Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado: Edelzito Santos Andrade.

Endereço da Unidade: Avenida Dom Antônio Brandão, 203, Farol, Ed. Empresarial 203 Office, sl. 712, CEP 57.051-190, Maceió-AL.

Expediente da Unidade: 07:30h às 13:30h, porém durante esse período de epidemia a atividade presencial está limitada das 08h às 12h, em regime de rodízio.

II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data que o Membro assumiu a Unidade correicionada: D.O.E. de 20 de dezembro de 2002, remoção por merecimento.

Reside no local de lotação? Sim. Avenida Senador Rui Palmeira, 707, apt. 904, Ponta Verde, CEP 57.035-250, Maceió-AL.

Exerce o magistério? Sim, como professor-substituto da FDA – Faculdade de Direito de Alagoas, na UFAL – Universidade Federal de Alagoas, em regime de 20h semanais, porém as atividades estão suspensas desde março deste ano, sem previsão de retorno.

Responde a procedimento administrativo disciplinar? Não.

Responde cumulativamente por outro órgão? Não.

Nos últimos (6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? Sim, por 2 (dois) meses, em razão de gozo de férias, do dia 15 de fevereiro a 15 de maio, seguida de uma licença-médica de 15 (quinze) dias – de 16 a 30 de maio de 2020.

Nos últimos (6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? Não.

Nos últimos (6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? Não.

Exerce a advocacia? Não.

III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento ao público: No último semestre o atendimento presencial esteve suspenso em razão da epidemia do Covid-19. Assim, o atendimento ao público ocorreu de maneira remota, através de videoconferência, telefonema, WhatsApp e e-mail, nos mais diversos horários, muitos, inclusive, fora do expediente normal e de maneira absolutamente informal, o que facilitou sobremaneira o trabalho, porém dificultou o registro no sistema SAJ do MP, pois é diferente do atendimento presencial, que ocorre no ambiente de trabalho, com o sistema previamente aberto e um funcionário para cadastrar os visitantes e efetuar o registro.

Estrutura de Pessoal: A Promotoria de Justiça é coletiva, composta pela 14ª, 15ª e 16ª Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Municipal da Capital. Aqui trabalham 3 (três) servidores públicos, sendo 2 (dois) deles efetivos – analistas do Ministério Público – e 3 (três) estagiários, todos servindo às três promotorias de justiça.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Estrutura física: A estrutura física comporta duas salas conjugadas – salas 712 e 713 – no edifício comercial Empresarial Office 203, dentro da qual há dois banheiros, três salas individuais para os Promotores de Justiça da 14ª, 15ª e 16ª Promotoria de Justiça e um salão central no qual trabalham os servidores e estagiários, cujo espaço é dividido em ilhas de trabalho.
Sistema de Arquivo: Sistema SAJ-MP.
Sistema de Registro: Os registros são feitos através do sistema SAJ-MP.
De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? A Promotoria de Justiça não gerencia recursos.
Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária? 57.054 Processos judiciais. De acordo com as respectivas certidões, na 15ª Vara da Capital tramitam 53.213 (cinquenta e três mil, duzentos e treze) processos judiciais, ao passo que na 14ª Vara da Capital tramitam 3.841 (três mil, oitocentos e quarenta e um) processos judiciais.
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: Na 15ª Vara não constam processos judiciais com vistas ou remessa a esta Promotoria de Justiça, ao passo que na 14ª Vara da Capital se encontram 86 processos judiciais com vistas eletrônica para o Ministério Público (14ª, 15ª e 16ª Promotorias de Justiça da Capital), nenhum com prazo vencido.
Observações: O atendimento ao público em geral restou prejudicado em razão da epidemia de Covid-19 que suspendeu as atividades presenciais. Nesse ínterim, realizamos o atendimento de modo informal, por telefone e o uso do aplicativo WhatsApp.

IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PELO MEMBRO)

Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: A atuação da Promotoria de Justiça esteve centrada na defesa da probidade na Administração Pública, na defesa do patrimônio público, dos princípios da Administração Pública e no controle os atos administrativos. Nos últimos 12 meses, concentramo-nos especialmente nas ações por improbidade atualmente em tramitação, especialmente aquelas mais complexas, e.g. as da licitação de limpeza urbana, cujos dois processos em tramitação contêm aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil) páginas e diversos recursos.
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação: em atendimento ao objetivo traçado no Plano de Ação 2020-2022, iniciativa estratégica 2.3.7, visando ao intercâmbio de informações, realizamos a manutenção de nossos cadastros junto a rede INFOSEG, no SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública; cadastramos e cadastramos os servidores efetivos no SISTEMA ELO da Justiça Eleitoral e realizamos o nosso cadastro junto ao SISCOAF – Sistema de Controle de Atividades Financeiras. Em atendimento à Iniciativa Estratégica 2.1.3 (providências destinadas a prevenir e reparar irregularidades ocorridas na transição das gestões municipais) expedimos a Recomendação nº 001/2020 visando a garantir uma transição de gestão tranquila no processo de licitação de limpeza urbana, atualmente sub-judice. Também instauramos um PA – Procedimento Administrativo de acompanhamento de projeto de lei que autoriza o Prefeito de Maceió, com base em lei complementar nacional, a suspender o pagamento da contribuição patronal da previdência dos servidores. Fizemos isso considerando que quem arcará com a despesa é o sucessor da atual gestão. Em atenção à Iniciativa Estratégica 2.2.4 (combate ao nepotismo), instauramos o PP de ICP 06.2019.00000663-5, o qual resultou na exoneração de cargo em comissão do cunhado do Secretário Municipal de Saúde de Maceió.
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: Sim. Ajudamos a fundar o IDAA – Instituto de Direito Administrativo de Alagoas, entidade vinculada ao IBDA. Realizamos em 13.10.2020 um debate sobre os enunciados da I Jornada de Direito Administrativo do STJ. Fomos convidados a participar da aula inaugural de direito da Faculdade Raimundo Marinho com o tema “A Reinvenção do Estado na Pós-Pandemia”, em 10.08.2020. Participamos do I Congresso Online de Direito Municipal promovido pela CGAP, em 19.06.2020, com a participação de expoentes da área, como a Prof. Fernanda Marinela, atual conselheira do CNMP. Fomos convidados pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas a ministrar um curso de capacitação ao Exmos. Conselheiros do TC/AL sobre a Lei Anticorrupção, em 17.02.2020. Em 08.08.2019 participamos do I Ciclo de Debates Públicos sobre Licitações, Contratos e Controle Ambiental, promovido pela Escola de Contas Públicas do TC/AL. Ministramos um curso com carga horária de 20 horas sobre a Lei Anticorrupção para os Exmos. Juízes Federais da Seção Judiciária Federal de Pernambuco (TRF 5ª Região), nos dias 20 a 22 de maio de 2019.
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: Não.
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento: Sim, Acompanhamos paripassu os processos judiciais através do seu cadastramento junto ao SISTEMA PUSH do SAJ, o qual é realizado no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas na rede mundial de computadores (Internet), a exemplo do que fazem os escritórios jurídicos. A partir daí, somos avisados por e-mail de quaisquer movimentações processuais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: A atuação na tutela coletiva e individual é rotina na Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Municipal da Capital e se faz como parte e como custos legis. Mesmo na atuação extrajudicial, porém, atuamos na tutela de direitos individuais ou coletivos indisponíveis, como no caso do PA 09.2020.00000924-3, em que instauramos procedimento para acompanhar projeto de lei que dispensa o município de pagar a contribuição patronal da previdência dos servidores públicos municipais, a pedido do Movimento Unificado dos Servidores Públicos de Maceió. Todavia, forçoso reconhecer que são raros os casos na seara da Fazenda Pública de direitos individuais cuja tutela seja cometida ao MP.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): Sim. PP de ICP 06.202000000125-1, investiga irregularidades no abastecimento de insumos necessários à prestação da saúde bucal em razão de flagrante de medicamentos com data de validade vencida; Fiscalizamos denúncia contra o funcionamento do UBER em Maceió; Apuramos pedido de realização de eleições para cargo de dirigente dos postos de saúde da capital, com base em previsão na lei orgânica municipal; Estamos apurando irregularidades na licitação para os serviços de limpeza urbana da capital (NF 01.2020.00003034-6) e também temos um procedimento aberto para acompanhamento de gastos com o combate à epidemia de COVID-19 (PA 09.2020.00000993-2).

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração: Sim. Há troca de informações entre esses dois órgãos. Também trabalhando com o sistema SIMBA na organização de informações obtidas com a quebra de sigilo fiscal e bancário, cuja operacionalização se dá através do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público, órgão integrante do Centro de Apoio Operacional da Capital.

Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental ? () Sim. (X) Não.
Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.

Boas práticas alinhadas ao planejamento estratégico? Sim (X) Não () Indicar quais: Sim. Elaboração e expedição de recomendações ao poder público, sugerindo boas práticas tendentes a diminuir a possibilidade de ocorrência de atos de improbidade administrativa, a exemplo da Recomendação nº 001/2020, expedida nos autos da NF 01.2020.00003034-6, em que recomendamos ao município o esgotamento das vias recursais em apelação cível na qual a empresa derrotada na licitação para a limpeza urbana da capital obteve tutela antecipada para ser contratada no lugar da vencedora do certame. As recomendações fazem parte do item 2.1.3 do Plano de Ação 2020-2022, área-fim.

Utiliza de forma eficiente e objetiva os instrumentos e métodos de investigação na determinação de diligências, bem como dos recursos extrajudiciais e judiciais visando à prevenção e à tempestiva correção dos ilícitos?
Sim (X) Não ()

V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL

V.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS - 06 (seis) últimos meses.

PERÍODO	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
Saldo anterior	15	13	22	12	12	17
Distribuídos no mês	35	37	40	22	49	25
Devolvidos no mês	37	28	50	22	44	20
Saldo do mês atual	13	22	12	12	17	22
Audiências judiciais realizadas	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	1	1	0

Glossário: (item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

Observações: O mês de outubro corresponde tão somente à primeira quinzena, data do envio deste relatório.

**V.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CRIMINAIS
(PREJUDICADO)**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

PERÍODO						
Saldo anterior (ações penais):						
Distribuídos no mês (ações penais):						
Devolvidos no mês (ações penais):						
Saldo do mês atual (ações penais):						
Saldo anterior (inquéritos policiais):						
Distribuídos no mês (inquéritos policiais):						
Devolvidos no mês (inquéritos policiais):						
Saldo do mês atual (inquéritos policiais):						
Arquivamentos (inquéritos policiais):						
Denúncias oferecidas:						
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:						
Termos Circunstanciados distribuídos:						
Audiências judiciais realizadas:						
Recursos interpostos:						
Sessões do Tribunal do Júri:						
Observações:						

V.III- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS EXTRAJUDICIAIS						
PERÍODO	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
Notícias de fato distribuídas:	04	01	01	05	01	0
Inquéritos Cíveis Públicos:	01	01	01	01	01	01
Procedimentos Preparatórios:	03	04	04	04	04	05
Procedimentos Administrativos:	0	0	0	01	01	02
TAC firmado:	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta:	0	0	0	0	0	0
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta:	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa):	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa:	05	0	03	01	02	0
Arquivamento com Remessa:	0	0	03	02	0	0
Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas e oitivas informais de adolescentes):	0	0	0	0	0	0
Audiências extrajudiciais autocompositivas:	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata):	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público:	0	0	0	0	0	0
Oitivas informais de adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional):	--	--	--	--	--	--
Instauração de PIC:	--	--	--	--	--	--
Arquivamentos de PIC:	--	--	--	--	--	--
Número de interceptações telefônicas iniciadas:	--	--	--	--	--	--
Observações:						



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

- 1) A Promotoria de Justiça não trabalha com PIC, escutas telefônicas e atos infracionais.
- 2) As reuniões, o atendimento ao público e audiências extrajudiciais foram prejudicadas em razão do distanciamento social imposto pelo combate à epidemia de Covid-19.
- 3) Foram igualmente prejudicadas a propositura de ações civis públicas e por improbidade administrativa em razão da dificuldade de requisitar e obter documentos nas repartições, a maioria das quais trabalhando remotamente, em regime de home-office.
- 4) Em relação às Notícias de Fato, conforme solicitado acima, mencionados as que foram DISTRIBUÍDAS à Promotoria de Justiça em cada mês. Deixamos de mencionar, porém, os PU's (Protocolo Unificado) porque não solicitados, sendo que a maioria dos procedimentos nos chegou sob a forma de PU.
- 5) Já em relação aos PP (Procedimentos Preparatórios de ICP) e ICP (Inquéritos Civis Públicos), como não foi solicitado aqueles que foram distribuídos, mencionamos a quantidade de cada um que havia em tramitação na Promotoria de Justiça no mês solicitado.

V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade): 14 ações. Ações para a defesa de direito individual e indisponível: 0.
Processos cíveis – custos legis: 27 processos cíveis com vistas em 14.10.2020, porém nenhum com vistas há mais de 30 dias.	Com vista há mais de 30 dias: Nenhum. Com vista há mais de 6 meses: Nenhum Com vista há mais de 12 meses: Nenhum
Processos cíveis ajuizados pelo MP:	Com vista há mais de 30 dias: Nenhum Com vista há mais de 6 meses: Nenhum Com vista há mais de 12 meses: Nenhum
Processos eleitorais (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Notícias de Fato:	Em tramitação há menos de 30 dias: 04. Em tramitação há mais de 30 + 90 dias: (observar a prorrogação): 02.
Procedimentos Preparatórios:	Em tramitação há menos de 90 dias: 01. Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação): 01. Em tramitação há mais de 180 dias: 03.
Inquéritos Civis	Em tramitação há menos de 1 ano: 01. Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação): Nenhum.
Procedimentos Administrativos:	Em tramitação há menos de 1 ano: 02. Em tramitação há mais de 1 ano: Nenhum.
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	Nenhum.
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	Não houve em razão da epidemia.
Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	01.
Inquéritos policiais: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Ações Penais: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Processos de Execução Penal: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Termos Circunstanciados: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Auto de prisão em flagrante: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's (PREJUDICADO)	Instaurados há menos de 90 dias:
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses:	
(PREJUDICADO) Visitas realizadas:	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes:
	Fundações:
	Estabelecimento de idosos:
	Estabelecimentos de deficientes:
	Estabelecimentos de saúde:
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:
	Delegacias de Polícia:
	Estabelecimentos Prisionais:
	Unidades de Medicina Legal:
	Unidades de Perícia Criminal:
	Estabelecimentos prisionais:
	Unidades de Internação para adolescentes:
	Estabelecimentos prisionais militares:
	Outros estabelecimentos:
Observações: 1) Dados baseados no dia 14.10.2020 informam que a Promotoria de Justiça possuía, naquela data, 27 processos cíveis com vistas, porém nenhum com vistas há mais de trinta dias; 2) Em relação a eventuais processos cíveis ajuizados pelo MP, insta acentuar que a 16ª Promotoria de Justiça não ajuíza processos cíveis, exceto ação civil pública e ação por improbidade, pois a 14ª e a 15ª Varas da Capital são juízos especializados da Fazenda Pública e ao MP não cabe a defesa jurídica de entes públicos, conforme recomenda a Constituição; 3) Todos os prazos relacionados à tramitação de procedimentos extrajudiciais se encontravam suspensos desde 18 de março de 2020 em razão do enfrentamento da epidemia causada pela Covid-19, de acordo com o art. 5º, parágrafo único, do Ato PGJ nº 006/2020, posteriormente aditado por diversos atos que lhe ampliaram o prazo de vigência, sendo o último deles o Ato PGJ nº 29, que estendeu seus efeitos até o dia 13 de setembro de 2020. Portanto, dussumimos que em relação aos procedimentos	



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

instaurados nesse ínterim, seus prazos somente se iniciaram em 14.09.2020.

4) Os 03 Procedimentos Preparatórios de ICP em tramitação há mais de 180 dias decorrem do fato de que os prazos dos procedimentos extrajudiciais se encontravam suspensos.

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (PREJUDICADO)						
VI.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS						
PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências realizadas						
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça						
Glossário: (item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).						
Observações:						
VI.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS (PREJUDICADO)						
PERÍODO						
Notícias de fato distribuídas						
Inquéritos Cíveis Públicos						
Procedimentos Preparatórios						
Procedimentos Administrativos						
TAC firmado						
Execução de TAC proposta						
Ação Civil Pública proposta						
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta						
Arquivamento sem Remessa						
Arquivamento com Remessa						
Termos de Depoimento						
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)						
Reuniões (com ata)						
Recomendações						
Observações:						
VI.III-EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PREJUDICADO)						
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidades(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas					
	Ações para a defesa do direito individual indisponível					
	Ações de destituição do poder familiar e outras					
Processos da Infância e Juventude – custus legis	Com vista há mais de 30 dias:					



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos da infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há mais de 30 dias:	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	
	Em tramitação há mais de 180 dias:	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	
Processos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias:	
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses:		
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:		
Visitas realizadas (nos últimos 12 meses)	Delegacia de Polícia:	
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade:	
	Entidades de acolhimento institucional:	
	Outras unidades de atendimento:	
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas:	
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios):		
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional):		
Observações:		
VI.IV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO– ATO INFRACIONAL (PREJUDICADO)		
PERÍODO		
Saldo do mês anterior		
Distribuídos no mês		
Devolvidos no mês		
Saldo do mês atual		
Audiências judiciais realizadas		
Recursos interpostos		
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP		
Notícia de fato distribuída		
Arquivamentos		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Remissões						
Representações						
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)						
Audiências de Oitivas informais						
Observações:						
VI.V- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PREJUDICADO)						
Notícia de ato infracional (NF)	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
Boletim Circunstanciado de Ato Infracional (ou outros autos de investigação)	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
Execução de Medidas Socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
Se existe critério de recebimento de feitos:						
Observações:						

VII-PROMOTORIA ELEITORAL (PREJUDICADO)						
VII.I. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL						
PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências judiciais/Sessões						
Recursos interpostos						
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).						
Observações:						
VII.II. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS (PREJUDICADO)						
PERÍODO						
1. Notícias de fato distribuídas						
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas						
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado						
4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral						



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

(especificar natureza no campo observações se for o caso)						
5. Arquivamento sem remessa						
6. Arquivamento com remessa						
7. Audiências Extrajudiciais inquisitórias						
8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas						
9. Inquéritos Policiais Eleitorais						
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral						

VII.III- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PREJUDICADO)		
Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	
	Fora do prazo para manifestação:	
Processos judiciais cíveis – <i>custus legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):	
	Fora do prazo:	
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias	
PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	
	Fora do prazo:	
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		
Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

Sugerimos que os órgãos encarregados de receber denúncias on-line adotem critérios mais rígidos para o seu recebimento, a exemplo do preenchimento de formulário com identificação do denunciado, data e local em que o fato ocorreu e descrição do fato. São critérios já previstos na lei de improbidade administrativa como requisitos para uma representação e que ajudariam sobremaneira nosso trabalho.

Sugerimos também melhorias no sistema SAJ que permitam emitir relatório no modelo requisitado pela Corregedoria. Tivemos muita dificuldade em obter essas informações, não obstante tenhamos feito todo o trâmite dos procedimentos no SAJ de maneira esmerada. As dificuldades são inerentes ao sistema e não decorrentes de falha humana. A título de exemplo, quando solicitamos relatório de arquivamentos “com remessa ao CSMP”, o sistema só coloca no relatório os procedimentos que foram ratificados pelo Conselho e retornaram à Promotoria de Justiça. Logo, se o Conselho não tiver ratificado, essa informação não aparecerá no relatório, não obstante o procedimento tenha sido efetivamente encaminhado ao colegiado e não esteja mais na promotoria.

IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE (Boas Práticas)

Não foi possível desenvolver em razão do excessivo volume de trabalho, inclusive de processos judiciais em que funcionamos como fiscal da lei. Some-se a isso o fato da epidemia de Covid-19 e seu decorrente estágio de isolamento social.

**X- PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EXAMINADOS
(PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)**

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA DO AJUIZAMENTO/DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
NOTÍCIA DE FATO	01.2020.00003034-6	01/10/2020 - RECOMENDAÇÃO	EM ANDAMENTO
NOTÍCIA DE FATO	01.2020.00002027-0	06/10/2020 – OFÍCIO AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ECONOMIA	AGUARDANDO RESPOSTA DA PARTE PASSIVA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	09.2020.00000924-3	06/10/2020 – OFÍCIO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ	AGUARDANDO RESPOSTA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	09.2020.00000993-2	15/10/2020 – DESPACHO DE ACOMPANHAMENTO	EM ANDAMENTO
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	06.2020.00000125-1	19/10/2020 - IMPULSO	EM ANDAMENTO
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	06.2019.00000981-0	19/10/2020 - IMPULSO	EM ANDAMENTO
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO	06.2019.00000944-3	19/10/2020 - IMPULSO	EM ANDAMENTO
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO	06.2018.00000257-9	30/05/2018 – AJUIZADA A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	EM ANDAMENTO
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO	06.2018.00000256-8	25/05/2018 - AJUIZADA A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	EM ANDAMENTO
AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER	0732299-04.2013.8.02.0001	09/10/2020 – AGUARDANDO MANIFESTAÇÃO	EM GRAU DE RECURSO

OBSERVAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):

1 – Os Processos Judiciais encontram com tramitação normal, dentro do prazo para manifestação do Ministério Público. Da análise por amostragem dos processos judiciais, verificamos regularidade, apresentando boa qualidade técnica e formal nas manifestações ministeriais .

2 – Ainda por amostragem verificamos normal tramitação dos procedimentos extrajudiciais, com movimentação dentro do prazo legal conforme (Recomendação de Repercussão Geral CNMP -CN, 02, de 21 de junho de 2018).

3 – Notícias de Fato duas(02), Procedimento Administrativo dois (02), Procedimento Preparatório dois (02), e Inquérito Civil Público um (01), todos dentro do prazo legal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

ORIENTAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): - Para fins da atividade correicional, considera-se o prazo de noventa (90) dias, para impulsionar (despachar e velar pelo cumprimento dos despachos), com eficiência (de maneira adequada, concreta e circunstanciada, tendo em vista a delimitação do objeto do expediente), os procedimentos judiciais de natureza investigatória (Recomendação Geral – CNMP-CN-02, de 21 de junho de 2018).	
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MEMBRO CORREICIONADO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): - Observada as particularidades e especificidade de cada Unidade em caso concreto, priorizar a conclusão dos Inquéritos Civis instaurados há mais tempo e com sucessivos despachos de conversão e ou prorrogação de prazo.	
CONCEITO: () EXCELENTE (x) MUITO BOM () REGULAR () INSUFICIENTE	
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR DE JUSTIÇA - ASSESSOR TÉCNICO
NOME: MARCUS RÔMULO MAIA DE MELLO	NOME: ROBERTO SALOMÃO DO NASCIMENTO